

5 – OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL

5.1 – HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA - OPERAÇÕES ESPECIAIS

5.1.1 - OPERAÇÕES ESTRUTURADAS

Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica - Programa CVA

Com o objetivo de reduzir o impacto do aumento tarifário, decorrente, principalmente, da desvalorização cambial ocorrida no final do ano de 2002, a Portaria Interministerial nº 116, de 04.04.2003, adiou por doze meses o repasse do saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA às contas dos consumidores de energia elétrica. Com a implementação de tal medida, tornou-se necessária a concessão de contrapartida às empresas concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica, que viessem a passar pelos processos de revisão ou reajuste tarifário durante os períodos de 08.04.2003 a 07.04.2004.

Dessa forma, o Ministério da Fazenda viabilizou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, por meio da Medida Provisória nº 127, de 04.08.2003, convertida na Lei nº 10.762, de 11.11.2003, suprimindo, assim, a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação da CVA.

Em consequência, o Tesouro Nacional elaborou o Contrato nº 142/PGFN/CAF, de 23.09.2003, pelo qual a União disponibilizou financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 2,3 bilhões. Deste total, foi liberado, em 2003, àquele Banco o montante de R\$ 467,33 milhões que beneficiou as empresas de distribuição de energia elétrica abaixo listadas:

Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL.....	R\$ 176.076.397,12
Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT.....	R\$ 22.375.632,51
Rio Grande Energia S.A. – RGE.....	R\$ 47.310.647,77
ELEKTRO – Eletricidade e Serviços S.A.	R\$ 47.847.663,83
Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL.....	R\$ 22.404.604,84
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA.....	R\$ 22.788.279,24
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA.....	R\$ 6.487.100,88
CPFL PIRATININGA	R\$ 41.708.589,11
LIGHT.....	R\$ 80.330.993,52
TOTAL.....	R\$ 467.329.908,82

O restante dos recursos serão liberados ao BNDES neste ano e em 2005, uma vez que o Programa estabelece que os recursos serão transferidos às mencionadas empresas em três parcelas, sendo que a última possui vencimento em janeiro de 2005. O financiamento ao BNDES é atualizado pela taxa SELIC, enquanto que o financiamento do BNDES às empresas é atualizado pela taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a.

Programa Emergencial e Excepcional – Lei nº 10.438/2002 - Programa RTE

A Lei nº 10.438, de 26.04.2002, em seu art. 5º, instituiu programa, emergencial e excepcional, de apoio a concessionárias de serviços públicos de distribuição, geração e produtores independentes de energia elétrica, com o objetivo de viabilizar apoio financeiro a essas concessionárias por meio de financiamentos concedidos pelo BNDES. Baseados na edição da Medida Provisória nº 59, de 15.08.2002, que autorizou a utilização de fontes orçamentárias com superávits de recursos para viabilizar a implementação do referido Programa e a concessão de financiamento ao BNDES, foi formalizado o Contrato 070/PGFN/CAF, de 19.08.2002, por meio do qual foi liberado, em 2003, ao BNDES o montante de R\$ 975,66 milhões, a fim de operacionalizar a 2ª Etapa da liquidação do Mercado Atacadista de Energia – MAE. Com esses recursos o BNDES financiou as seguintes empresas:

Emp. Cent. Elétricas Cachoeira Dourada S/A – CDSA.....	R\$ 3.209.717,07
Cia Energética de SP – CESP	R\$120.767.463,93
Furnas Centrais Elétricas S/A.....	R\$398.520.089,49
Emp. Metrop. de Águas e Energia S/A – EMAE.....	R\$ 24.119.873,34
Duke Energy Int. Ger. Parapanema S/A.....	R\$ 18.827.286,88
Cia. Hidroelétrica do S. Francisco – CHESF.....	R\$190.064.646,74
C. Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE.....	R\$ 43.665.533,12
Cia. Energética de Minas Gerais – CEMIG.....	R\$176.483.449,18
TOTAL.....	R\$975.658.059,75

5.1.2 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO DO TESOIRO NACIONAL

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, criado pela Medida Provisória nº 2.212, de 30.08.2001, e regulamentado pelo Decreto nº 4.156, de 11.03.2002, constitui um programa de subsídio do Governo Federal, operado por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de baixa renda familiar.

Desde sua implementação, em 2002, o PSH já beneficiou cerca de 40 mil famílias com recursos orçamentários. Desse total, 92% das famílias beneficiadas recebem até R\$ 200,00, onde se concentra 65% do déficit habitacional brasileiro, segundo a Fundação João Pinheiro. Até o momento, o Tesouro Nacional alocou R\$ 221 milhões no programa, o que representa um dispêndio médio aproximado de R\$ 5.530,00 reais por família. Somente em 2003, o Tesouro Nacional liberou aproximadamente R\$ 140 milhões, que possibilitou o acesso de 28.674 famílias à moradia própria.

Além disso, em 19 de setembro e 20 de outubro de 2003, foram realizados dois leilões de subsídios, os quais possibilitarão às instituições, que obtiveram êxito, celebrar com famílias de baixa renda mais 41.299 contratos habitacionais, sendo 15.000 em municípios integrantes de regiões metropolitanas, 19.999 em regiões não metropolitanas e 6.300 em áreas rurais. Para tanto, está reservado o montante de R\$ 262,52 milhões, em subsídios.

5.2 - HAVERES FINANCEIROS DA UNIÃO, NÃO RELACIONADOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Os haveres financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional - STN não afetos a Estados e Municípios encontram-se relacionados em cinco grupos. O saldo credor desses haveres totalizou R\$ 89.431.797.296,48, em 31.12.2003.

Tabela 5.1
HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA STN
SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2003

R\$ 1,00	
GRUPOS DE HAVERES	SALDOS*
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.841.547.508,46
Haveres Originários de Operações Estruturadas	44.309.569.489,64
Haveres Originários de Privatizações	125.545,99
Haveres Originários de Legislação Específica	26.162.155.498,81
Haveres Originários do Crédito Rural.	13.118.399.253,58
TOTAL	89.431.797.296,48

*Índices de atualização na Tabela 5.9

Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.2.1 - Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12.04.1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Dessa forma, foi transferida ao Tesouro Nacional a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais relacionadas na tabela abaixo, acompanhadas de seus respectivos saldos devedores.

Tabela 5.2
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS
SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2003

R\$ 1,00

HAVERES	SALDOS
BANRORAIMA – LEI Nº 9626/98	18.950.208,12
EMBRASILME	1.529.149,45
AGEF – ARMAZÊNS GERAIS FERROVIÁRIOS	83.798,59
IAA – INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL	253.875.359,30
LLOYDBRÁS – LEI Nº 9617/98	93.422,66
PORTOBRÁS	418.822,35
SIDERAMA	4.169.824,65
SIDERBRÁS	77.146.979,13
SUNAB – LEI Nº 9618/98	35.136,84
PETROMISA	12.319.144,03
SUNAMAN	497.372.651,01
BNCC*	4.975.553.012,35
TOTAL	5.841.547.508,46

* 99,68% dos créditos do BNCC foram ajuizados e estão sendo acompanhados pela AGU.
 Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.2.2 - Haveres Originários de Operações Estruturadas

São os haveres resultantes de operações entre a União e entidades públicas. Dentre esses, destacam-se os créditos originários de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes das operações entre a União e as empresas arrendadoras de serviço público (Companhias Docas – CDRJ/CODESA/CODESP e Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA), em que a União adquiriu créditos das referidas empresas com suas concessionárias. Os créditos a serem pagos pela Itaipu Binacional são resultantes dos Contratos nºs. 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional. A tabela abaixo mostra os saldos devedores dos haveres originários desse tipo de operação.

Tabela 5.3
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS
SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2003

R\$ 1,00

HAVERES	SALDOS
BNDES	13.766.928.259,38
CDRJ – CIA. DOCAS DO RIO DE JANEIRO	401.717.555,60
CODESA – CIA. DOCAS DO ESPÍRITO SANTO	4.304.650,28
CODESP – CIA. DOCAS DO EST. DE SÃO PAULO	17.448.490,05
ELETROBRÁS – ITAIPU	24.330.205.089,44
RFFSA	5.788.965.444,89
TOTAL	44.309.569.489,64

Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.2.3 - Haveres Originários de Privatizações

Ativos oriundos dos financiamentos concedidos na venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND. Nessa categoria encontram-se os créditos resultantes da venda de ações aos empregados das empresas do Sistema Telebrás.

Tabela 5.4
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES
SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2003

R\$ 1,00

HAVERES	SALDOS
TELEBRÁS	125.545,99
TOTAL	125.545,99

Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.2.4 - Haveres Originários de Legislação Específica

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica. Nessa categoria encontram-se: os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639, 25.05.1998, e da Lei nº 9.711, de 20.11.1998; o crédito da *Administración Nacional de Electricidad* - ANDE, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu; crédito resultante da Lei nº 9.364, de 16.12.1996, que dispõe sobre o pagamento com sub-rogação, pela União, de dívidas da RFFSA junto ao INSS e à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER (a União assumiu as obrigações da RFFSA perante a REFER e o INSS, sub-rogando-se no crédito junto à RFFSA); e o crédito detido contra a Caixa Econômica Federal – CAIXA, resultante de operação no âmbito da MP nº 2.196, de 24.08.2001, a qual autorizou a União a adquirir do Banco Central do Brasil créditos contra a CAIXA decorrentes de operações no âmbito do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional).

Tabela 5.5
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
SALDOS DEVEDORES EM 31.12

R\$ 1,00	
HAVERES	SALDOS
RFFSA – LEI Nº 9364/96	3.865.785.819,82
INSS – LEI Nº 9639/98	15.256.500.850,04
INSS – LEI Nº 9711/98	6.825.803.657,92
CAIXA – PROER	14.859.643,45
ANDE	199.205.527,58
TOTAL	26.162.155.498,81

Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.2.5 - Haveres Originários do Crédito Rural

Securitização – Créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei Nº 9.138, de 29.11.1995 e Resolução CMN nº 2.238, de 01.02.1996, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória 2.196-3 24/08/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME (Financiamentos, sem limite de valor, para aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional). Além disso, o risco das referidas operações, do Banco do Brasil S. A. – BB, do Banco da Amazônia S. A. – BASA e do Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB, foi transferido para a União.

Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) - Operações oriundas da Resolução CMN 2.471, de 26.02.1998, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 28 de junho de 2001, com o advento da MP 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA junto ao Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II (Prodecir II) - Consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28 de junho de 2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal – Especial (EGF – Especial) - Créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28 de 28.09.1998, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

Tabela 5.6
HAVERES ORIGINÁRIOS DE CRÉDITO RURAL
SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2003

R\$ 1,00

HAVERES	SALDOS
SECURITIZAÇÃO	5.491.913.561,53
PESA	7.248.981.447,83
PRODECER II	162.926.657,02
EGF Especial	214.577.587,20
TOTAL	13.118.399.253,58

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Relativamente aos haveres originários do crédito rural, a União mantém contratos de administração de créditos junto ao Banco do Brasil, que resultou nas despesas descritas na tabela abaixo.

Tabela 5.7
DESPESAS RELATIVAS AOS HAVERES ORIGINÁRIOS DE
OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL - EM 2003

R\$ 1,00

HAVERES	DESPESAS
SECURITIZAÇÃO	5.388.727,24
PESA	632.521,43
PRODECER II	23.531,01
TOTAL	6.044.779,68

Fonte: STN/COFIS/GERAT

5.3 - RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS – EXERCÍCIO 2003

Os recebimentos dos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN ao longo de 2003 totalizaram R\$ 2,276 bilhões.

A maior parte dos recebimentos em 2003 resultou de amortização de débitos originários de contratos firmados entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, referentes aos Contratos nº 070/PGFN/CAF e nº 090/PGFN/CAF, que totalizaram R\$ 1,883 bilhão.

Os créditos cedidos pelas Companhias Docas - CDRJ, CODESP, CDRJ - foram pagos regularmente. Os créditos originários da extinta Siderbrás, relativos a um único devedor, também foram quitados normalmente.

Ao longo de ano de 2003, relativamente aos créditos oriundos da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - Lloydbrás, houve a liquidação de 4 contratos da venda de seus navios - restando apenas o saldo devedor da venda de um navio, que segue com amortização regular.

Dos créditos administrados pelo Banco do Brasil, houve recebimentos concernentes: ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC - irregulares, contudo, dentro da expectativa; à ANDE - com pagamento no vencimento da parcela única do ano; aos haveres originários de crédito rural (Securitização, PESA, Prodecer II e EGF-Especial) - com repasses abaixo do esperado.

Com relação aos créditos cedidos pela RFFSA, foram recebidos R\$ 73,6 milhões. O valor foi inferior ao previsto para esse ano (R\$ 268,6 milhões), em decorrência de penhoras para garantir ações de funcionários da RFFSA junto à Justiça do Trabalho. Cumpre destacar que esta Secretaria do Tesouro Nacional está trabalhando com a Advocacia-Geral da União – AGU para a adoção dos embargos cabíveis.

Dos dois devedores do extinto Armazéns Gerais Ferroviários – AGEF, somente ocorreu pagamentos por parte de um devedor. O outro devedor permaneceu inadimplente durante todo o ano, apesar das cobranças efetuadas.

Os recebimentos provenientes da venda de ações da Telebrás, único haver remanescente de privatização, foram efetuados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

Nos meses de janeiro e fevereiro ainda ocorreram pagamentos de *royalties* pela Itaipu, correspondentes a resíduos de ajustamento de juros.

Tabela 5.8
RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS EM 2003

R\$ 1,00

HAVERES	RECEBIMENTOS
1. Empresas Extintas	11.565.950,89
1.1 – NBC	356.755,73
1.2 – LLOYDBRAS	4.059.751,21
1.3 - SIDERBRÁS	7.015.860,48
1.4 – AGEF	133.583,47
2. Operações Estruturadas	1.989.089.030,16
2.1 - BNDES	1.883.292.335,10
2.2 - ITAIPU – ROYALTIES	267.630,65
2.3 - CIA. DOCAS(CDRJ, CODESP e CODESA)	31.980.840,88
2.4 – RFFSA	73.548.223,53
3. Legislação Específica	17.178.000,00
3.1 – ANDE	17.178.000,00
4. Privatização	328.460,44
4.1 - TELEBRAS	328.460,44
5. Crédito Rural	258.022.412,84
5.1 – SECURITIZAÇÃO	233.319.188,75
5.2 – PESA	23.568.743,80
5.3 - PRODECER II	1.134.480,29
5.4 - EGF Especial*	0,00
TOTAL	2.276.183.854,33

*Os recebimentos estiveram sob responsabilidade de outra Unidade Gestora.

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Tabela 5.9
ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DOS SALDOS ENCONTRADOS NA TABELA 5.1

1 - EMPRESA EXTINTAS

HAVERES	SALDO 31.12.2003	Forma de Atualização
BANCO DE RORAIMA S.A. - BANRORAIMA	18.950.208,12	T.R. + 12% aa
BNCC – AJUIZADOS	4.959.455.164,29	AJUIZADO
BNCC	16.097.848,06	Realizada pelo Banco do Brasil
IAA - CONAN-Const. e Incorporadora Carneiro da Cunha Ltda.	5.407.203,74	IGP-Di + 6% aa
EMBRAFILME1-CININVEST PROD.VIDEO	665.029,76	T.R. + 12% aa
EMBRAFILME2-CININVEST PROD. VIDEO	952,92	T.R. + 12% aa
EMBRAFILME2-LUA-VAGA CINEMA E VIDEO(Montesclarens)	1.890,62	T.R. + 12% aa
EMBRAFILME2-SIND. ARTE. TEC. ESP. DIV. SP	210,23	T.R. + 12% aa
EMBRAFILME4-FLAI COMUNICACOES	697.321,63	T.R. + 12% aa
EMBRAFILME4-YAN ARTES E COMUNICAÇÕES	163.744,30	T.R. + 12% aa
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.	124.076.275,11	Realizada pelo Banco do Brasil
IAA- Q 5 PE Usina Estreliana	6.814.167,11	T.R. + 12% aa
IAA-Q14 Tate & Lyle International	108.887.997,13	T.R. + 12% aa
IAA-Q17 Cia. Acucareira.Usina J. de Deus	379.619,53	T.R. + 12% aa
IAA-Q17 Conceicao do Peixe	206.218,25	T.R. + 12% aa
IAA-Q17 S.A Usina Ouricuri Acuc. e Alcool	533.818,11	T.R. + 12% aa
IAA-Q17 Sao Simeão Açucar e Alcool	461.512,28	T.R. + 12% aa
IAA-Q17 Usina Alegria S.A .	224.689,03	T.R. + 12% aa
IAA-Q18 Usina Conceicao do Peixe (ver processos apensos)	2.759.163,10	T.R. + 12% aa
IAA-Q18 Usina Ouricuri	1.592.851,87	T.R. + 12% aa
IAA-Q19 Usina Barao de Suassuna S.A .	551.507,62	T.R. + 12% aa
IAA-Q19 Usina Estreliana Ltda.	701.979,56	T.R. + 12% aa
IAA-Q19 Usina Frei Caneca S.A .	520.614,01	T.R. + 12% aa
IAA-Q19 Usina Sao Francisco	117.178,46	T.R. + 12% aa
IAA-SP INTERBRAS-Petrobras Intern. S.A .	228.498,37	T.R. + 12% aa
IAA-SP Petrobras Distribuidora S.A .	2.398,44	T.R. + 12% aa
IAA-SP Usina da Barra S.A	409.667,57	T.R. + 12% aa
LLOYDBRAS - H. DANTAS - RIO BRANCO	93.422,66	IGP-Di
PETROMISA - DESO	7.596.692,00	IGP-Di + 6% aa
PETROMISA - ENERGEIPE	3.804.399,76	IGP-Di + 6% aa
PETROMISA - ENTREPRISE MINIÈRE ET CHIMIQUE - EMC	847.731,01	IGP-Di + 6% aa
PETROBRÁS/Petromisa - PETROBRÁS Distribuidora S/A - BR	70.321,26	IGP-Di + 6% aa
PORTOBRAS-Dolphin Engenharia (80/079)	123.835,84	T.R. + 12% aa
PORTOBRAS-Dolphin Engenharia (89/064)	66.839,25	T.R. + 12% aa
PORTOBRAS-Dolphin Engenharia (89/075)	42.423,69	T.R. + 12% aa
PORTOBRÁS-Engevix Engenharia S.A	43.919,20	T.R. + 12% aa
PORTOBRAS-Sondotecnica Eng. Solos (89/061)	141.804,37	T.R. + 12% aa
AGEF	83.798,59	IPCA + 12% aa
SIDERAMA - AÇOPALMA I	2.343.241,12	FACP + 3% aa
SIDERAMA - AÇOPALMA II	1.795.112,47	FACP + 3% aa
SIDERAMA - JOSÉ RAIMUNDO PAIVA DA SILVA	12.570,42	SELIC
SIDERAMA - MARGEM Transp. Marit.e Repres. Ltda.	6.007,92	SELIC
SIDERAMA - SILNAVE NAVEGAÇÃO S.A.	12.892,72	SELIC
SIDERBRÁS- EXCELL S. A Tubos de Aço sem Costura	14.650.837,28	T.R. + 8% aa
SIDERBRÁS- TRONCOSUL GERDAU	51.964.713,92	TJLP
SIDERBRÁS-COBRAPI	141.029,23	T.R. + 6% aa
SIDERBRÁS-VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S. A	10.390.398,70	IGP-M + 6% aa
SUNAB	35.136,84	T.R. + 12% aa
SUNAMAN – EMAQ ENGENHARIA E MÁQUINAS S/A	497.372.651,01	US\$ + 15% aa
SALDO - EMPRESAS EXTINTAS	5.841.547.508,46	

2 - OPERAÇÕES ESTRUTURADAS

HAVERES	SALDO 31.12.2003	Forma de Atualização
BNDES - Cessão de Crédito - CT 064-PGFN/CAF	1.442.706.621,98	SELIC
BNDES - Cessão de Crédito - CT 124-PGFN/CAF	549.780.946,22	IGP-M + 6,00% aa
BNDES - Contrato de Recompra de Créditos - CT 090-PGFN/CAF	1.549.661.680,85	IGP-M
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 070-PGFN/CAF	6.339.640.403,63	SELIC
BNDES - Contrato de Financiamento - CT 142-PGFN/CAF	449.842.403,98	SELIC
BNDES - FCVS	3.435.296.202,72	TR + 6,17% aa
CDRJ - Sepetipa TECON S/A	296.835.832,54	IGP-M
CDRJ - TECON I - Ct. PGFN/CAF nº 018	25.370.939,28	IGP-M
CDRJ - TECON I - Ct. PGFN/CAF nº 026	79.510.783,79	IGP-M
CODESA - Ct. PGFN/CAF nº 020	4.304.650,28	IGP-M
CODESP - TECON I - Ct. PGFN/CAF nº 019	17.448.490,05	IGP-M
ELETROBRÁS - ITAIPU – CT nº 424	7.711.612.854,20	US\$ + 9,95% aa
ELETROBRÁS - ITAIPU – CT nº 425	16.618.592.235,24	US\$ + 10,69% aa
RFFSA - CT no 1 PGFN/CAF	79.675.442,01	IGP-Di
RFFSA - CT no 31 PGFN/CAF	64.358.360,34	IGP-Di
RFFSA - CT no 5 PGFN/CAF	57.372.614,72	IGP-Di
RFFSA - CT no 6 PGFN/CAF	150.324.750,84	IGP-Di
RFFSA – FERROBAN	1.026.553.343,17	IGP-Di
RFFSA - MRS Logística S/A(CT018)	2.843.768.321,61	IGP-Di
RFFSA - NOVOESTE / NORDESTE / MRS LOGÍSTICA(CT020)	609.918.302,10	IGP-Di
RFFSA - NOVOESTE/NORDESTE/TEREZA CRISTINA (CT021)	140.707.710,93	IGP-Di
RFFSA - TEREZA CRISTINA / CENTRO ATLÂNTICO(CT022)	118.221.329,26	IGP-Di
RFFSA - CENTRO ATLÂNTICO (MP 1.755)	419.037.159,86	IGP-Di
RFFSA - MRS Logística S/A / CENTRO ATLÂNTICO(BNDES)	279.028.110,06	IGP-Di
SALDO - OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	44.309.569.489,64	

3 – PRIVATIZAÇÃO

HAVERES	SALDO 31.12.2003	Forma de Atualização
TELEBRÁS	125.545,99	Realizada pela CBLC
SALDO - PRIVATIZAÇÃO	125.545,99	

4 - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

HAVERES	SALDO 31.12.2003	Forma de Atualização
RFFSA - (CT nº 349/TN e 360/TN)	3.865.785.819,82	IGP-Di + 6% aa
I N S S Lei nº 9.639, de 25.05.1998	15.256.500.850,04	IGP-Di (mês anterior)
I N S S Lei nº 9.711/98, de 20.11.1998	6.825.803.657,92	SELIC
CAIXA – PROER	14.859.643,45	TR + 8,11% aa
ANDE	199.205.527,58	US\$ + 6% aa
SALDO - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	26.162.155.498,81	

5 - CRÉDITOS RURAIS

HAVERES	SALDO 31.12.2003	Forma de Atualização
SECURITIZAÇÃO	5.491.913.561,53	juros de 3% aa.
PESA	7.248.981.447,83	IGP-M + juros
PRODECER – II	162.926.657,02	juros de 3% aa.
EGF - ESPECIAL	214.577.587,20	AJUIZADO
SALDO - CRÉDITOS RURAIS	13.118.399.253,58	

S A L D O - R S	89.482.674.117,56
------------------------	--------------------------

Fonte: MF/STN/COFIS

5.4 - SECURITIZAÇÃO DE DÍVIDAS E EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES COM O RESULTADO DAS SECURITIZAÇÕES EM 2003

Com relação à dívida contratual securitizada, cabe destacar que sua operacionalização leva em conta a situação documental dos respectivos processos; a legislação aplicável e, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em quatro categorias predominantes, como demonstram as tabelas e gráficos a seguir, com valores posicionados em 30.12.2002 e 30.12.2003, respectivamente:

Tabela 5.10
DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOIRO NACIONAL
(POSIÇÃO EM 31.12.2002)

ORIGEM	VALORES R\$ milhões	%
Liquidação/Extinção de Entidades	2.921,71	4,1
Dívida direta	1.849,58	2,6
Subsídios concedidos - FCVS	64.923,12	92,1
Criação/Divisão de Estados	791,91	1,1
TOTAL	70.486,3	100,0

Fonte: STN/COFIS/GEROB

Obs:

- Devido à metodologia de cálculo empregada, os valores neste quadro são preliminares.
- Os valores do FCVS, apurados contabilmente, são fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Tabela 5.11
DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOIRO NACIONAL
(POSIÇÃO EM 31.12.2003)

ORIGEM	VALORES R\$ milhões	%
Liquidação/Extinção de Entidades	2.427,20	3,0
Dívida direta	2.765,73	3,4
Subsídios concedidos - FCVS	75.536,69	92,5
Criação/Divisão de Estados	894,78	1,1
TOTAL	81.624,4	100,0

Fonte: STN/COFIS/GEROB

Devido à metodologia de cálculo empregada, os valores neste quadro são preliminares.

Os valores do FCVS, apurados contabilmente, são fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

A partir dos pareceres remetidos pela Secretaria do Tesouro Nacional à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, foram concretizadas, em 2003, 34 securitizações que autorizaram a emissão de títulos no valor de R\$ 658.626.552,58 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), a preços de 01.01.2004, distribuídos na forma da tabela a seguir.

Tabela 5.12
SECURITIZAÇÃO DE DÍVIDAS EM 2003

QTDE. DE CONTRATOS	CLASSIFICAÇÃO	ORIGEM	VALOR EM 1/1/04 (¹)
1	Liquidação/Extinção de entidades	Liquidação da Rede	59.108.942,68
22	Subsídio Concedido – FCVS	Novação do FCVS	417.863.557,10
11 (²)	Dívida Direta e FCVS	Assunção dos VAF 3	25.154.243,75

Fonte: STN/COFIS/GEROB

(¹) Valor apurado com base no preço unitário dos títulos emitidos.

(²) Na metodologia adotada o VAF 3 é considerado “Dívida Direta” e o VAF 4 é computado como “FCVS”.